



Caixagest

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto

Relatório e Contas

1º Semestre

2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

O ritmo de expansão da economia mundial abrandou no decurso do 1º Semestre de 2015 devido, sobretudo, ao frágil desempenho alcançado durante o primeiro trimestre do ano. Esse período voltou, à semelhança do ano passado, a ser determinado por condições climatéricas adversas nos EUA, para além da moderação do bloco emergente, nomeadamente da América Latina e de diversas economias do sudeste asiático. No trimestre seguinte, com os indicadores económicos a revelarem um progresso modesto (apenas a Área Euro evidenciou uma melhoria mais pronunciada dos respetivos dados económicos), aumentaram os níveis de preocupação quanto à solidez da atividade global. Para tal contribuíram, uma vez mais, o crescente impasse nas negociações entre a Grécia e as instituições internacionais, bem como as incertezas de natureza geopolítica, nomeadamente no Médio Oriente.

A contração de 0.2%, em cadeia e anualizado, do PIB dos EUA, teve um contributo central para o crescimento de apenas 1.7% da economia mundial no primeiro trimestre de 2015. Em termos geográficos, a debilidade permaneceu muito disseminada, salientando-se, ainda, a contração do PIB brasileiro, a par do crescimento mais fraco, em seis anos, da economia chinesa. Caso o Japão e a Área Euro não tivessem registado crescimentos mais favoráveis do que em igual período do ano passado, o resultado do crescimento global teria sido ainda mais baixo em comparação homóloga.

No início do ano, após se terem registado variações, em diversas regiões, muito diminutas ou mesmo negativas dos preços no consumidor, a inversão parcial da cotação do petróleo nos mercados internacionais levou a um ligeiro aumento da inflação. A mesma permaneceu, contudo, e salvo raras exceções, em valores muito baixos, continuando a não se assistir a quaisquer pressões inflacionistas de revelo.

Os bancos centrais permaneceram determinados, no decurso do semestre, em atribuir mais estímulos monetários num contexto de pressões inflacionistas muito baixas. Tais decisões foram efetuadas não só através da redução das taxas diretoras, com destaque neste caso para economias emergentes, nomeadamente para a China, a Índia e a Rússia, mas igualmente, e de novo, através de medidas de carácter não convencional. Neste contexto, saliente-se a decisão do Banco Central Europeu (BCE) de ampliar o seu programa de aquisição de ativos, estendendo-o à aquisição de obrigações governamentais, assim como de dívida de instituições europeias de carácter supranacional, com o intuito de injeção de liquidez num total de 60 mil milhões de euros por mês. O Banco de Inglaterra e a Reserva Federal (Fed) dos EUA deram a entender que o próximo movimento deverá ser, em ambos os casos, o de proceder ao primeiro agravamento desde 2006 das respetivas taxas de juro diretoras, decisão que no caso da Fed é possível que suceda ainda no decurso do presente ano. Em sentido contrário à adição de estímulos monetários, a exceção mais notória voltou a ir para o Brasil, tal como no semestre anterior, devido à necessidade de controlar a aceleração da inflação.

Nos EUA, fatores temporários, nomeadamente, condições climatéricas adversas e, desta feita, a realização de greves em diversos portos marítimos da costa oeste do país, levaram o PIB a registar uma ligeira contração no primeiro trimestre do ano. Seguiu-se uma modesta recuperação no segundo trimestre, impulsionada pelo setor da construção e, sobretudo, pelo consumo privado, para o qual não terá sido alheia a melhoria do mercado de trabalho. Na primeira metade de 2015

continuou a registar-se uma assinalável criação de postos de trabalho, com a taxa de desemprego a encerrar o semestre nos 5.3%, o nível mais baixo desde maio de 2008.

Na Área Euro, o produto da região registou, ainda no 1º trimestre, o oitavo trimestre consecutivo de expansão, salientando-se o forte contributo da procura interna. Nesse trimestre, e no seguinte, os indicadores de sentimento dos empresários continuaram a desenhar uma trajetória de melhoria, tendo sido atingido o nível mais elevado dos últimos quatro anos. Saliente-se ainda, pela positiva, o regresso a crescimento positivo da concessão de crédito, com a variação homóloga, ainda em maio, a fixar-se no nível mais elevado desde o início de 2012. No que respeita à inflação, a variação homóloga encerrou em 0.2%, 0.4 p.p. acima do verificado no final do ano passado, mas ainda muito abaixo do objetivo de 2.0%, fixado pelo BCE.

Em Portugal, também no 1º trimestre, o PIB cresceu 0.4%, uma variação idêntica à leitura verificada no trimestre anterior, tendo, em termos homólogos, acelerado de 0.6% para 1.5%. A procura doméstica liderou a recuperação e os indicadores posteriormente divulgados continuaram a apontar para uma retoma da atividade assente naquelas componentes. Quer o clima económico, quer a confiança dos consumidores, mantiveram o perfil de melhoria iniciado no final de 2012. No mercado laboral, a taxa de desemprego fixou-se em 13.2%, 0.4 p.p. abaixo do verificado no final do ano passado. No que respeita à inflação, após diversas observações negativas, voltaram a registar-se valores positivos a partir de março, com o valor de junho a corresponder ao segundo mais elevado, em termos homólogos, desde meados de 2013.

No Japão, no que respeita ao 1º trimestre, a economia deu sinais de continuar a recuperar do impacto negativo decorrente do aumento do IVA decretado no ano passado. O PIB registou, naquele trimestre, e comparativamente com o anterior, um crescimento de 1.0%, após um acréscimo marginal no período precedente (+0.3%). A inflação continuou longe do objetivo do banco central tendo-se fixado, ainda em maio, 1.9 p.p. abaixo do registo do final ano passado, em 0.5%, o nível mais baixo em dois anos.

MERCADO DE CAPITAIS

Apesar de algum desapontamento ao nível do crescimento económico, manteve-se uma elevada apetência pelo risco nos mercados financeiros, tendo-se verificado, inclusivamente, uma diminuição da volatilidade para valores próximos dos mínimos históricos dos últimos anos. A ação expansionista dos bancos centrais permaneceu como o fator decisivo. As incertezas geradas pela situação na Grécia e, em paralelo, a acentuada correção das ações na China, numa altura em que não só aquela economia como praticamente todo o bloco emergente demonstra uma contínua tendência de arrefecimento, contribuíram para que o otimismo dos investidores arrefecesse na transição do primeiro para o segundo semestre do ano.

A adição de mais estímulos monetários à economia da Área Euro, por parte do BCE, a par dos sinais de consolidação orçamental, resultaram na prevalência de taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro a 10 anos, baixas e em queda durante a primeira parte do primeiro semestre deste ano. Neste período, foram atingidos novos mínimos históricos desde a criação da União Económica e Monetária por parte das taxas de juro em Portugal, Espanha e Itália, Alemanha e França. A partir desta data e até ao final do semestre, assistiu-se a um movimento generalizado de subida das taxas, não só na Europa como também nos EUA. Este desempenho foi, por um lado, reflexo de um aumento das expectativas inflacionistas de longo prazo, impulsionadas pela recuperação do preço do

petróleo e estabilização dos dados da inflação, e, por outro, consequência da crescente dificuldade na obtenção de um acordo entre a Grécia e as instituições internacionais, aspeto que condicionou particularmente a evolução das taxas nos países da chamada periferia europeia.

Apesar da melhoria dos indicadores quer de sentimento quer de conjuntura económica, na zona Euro, assistiu-se, ao longo do semestre, a novas descidas das taxas Euribor, tendo os principais prazos atingido novos mínimos históricos. Este comportamento deveu-se aos receios de deflação, em consequência dos quais teve concretização o anúncio do BCE, de novos estímulos monetários, através da compra de obrigações governamentais e dívida de instituições europeias às compras já em curso, para a obtenção de um total de 60 mil milhões de euros mensais.

A tendência de depreciação do euro manteve-se permanente durante o primeiro trimestre do ano, acentuando-se em Março, altura do anúncio das novas medidas de carácter expansionista na região por parte do BCE. A cotação face à moeda norte-americana chegou aos \$1.05, ou seja, o registo mais baixo desde o início de 2003, tendo desvalorizado mais de 22%. Posteriormente assistiu-se a uma estabilização da cotação em consequência da divulgação de indicadores económicos mais favoráveis na Área Euro em relação aos EUA, tendo-se registado uma ligeira apreciação, contudo, insuficiente para anular a desvalorização registada anteriormente.

Os principais índices acionistas atingiram em meados do semestre sucessivos máximos históricos, nos EUA e na Europa. Os novos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais, as expectativas de um possível adiamento do primeiro agravamento das taxas de juro por parte da FED para 2016, anúncios de fusões e de aquisições de empresas principalmente nos EUA e a conjuntura de retoma nas principais economias europeias, constituíram os principais fatores de suporte a este mercado. A tendência de valorização foi interrompida a partir do final do mês de maio à medida que se foram acentuando as incertezas em torno da situação na Grécia e à correção do mercado acionista na China que tinha registado um período de forte valorização.

No caso dos países da periferia europeia, os índices acionistas encerraram o semestre a acumular ganhos com exceção do grego que perdeu 3,5% até ao dia do seu encerramento a 26 de junho. Destaque para a valorização dos índices italiano e irlandês (18%), enquanto o português e o espanhol mostraram ganhos de 15.7% e 4.8%, respetivamente. O índice alemão registou na primeira metade de 2015 uma valorização de 11.6%, tendo atingido em abril um máximo histórico acima dos 12.300 pontos.

MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

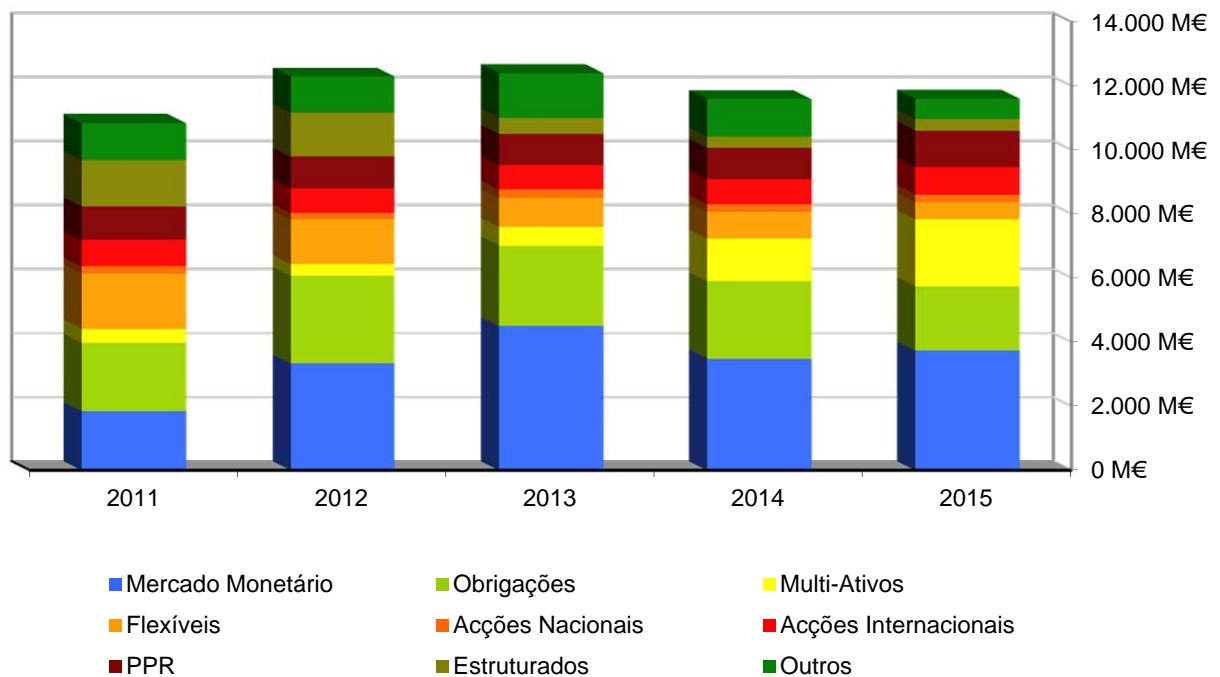
Em 30 de Junho de 2015, o valor dos ativos dos fundos mobiliários portugueses ascendia a 11.599 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um crescimento de 0,2% desde o início do ano.

No primeiro semestre, o saldo líquido acumulado das subscrições menos os resgates foi negativo, no valor de 150 milhões de euros.

A categoria dos fundos Multi-Ativos Defensivos é a que regista, desde o princípio do ano, o maior aumento, quer em termos percentuais, 27,6%, quer em valores absolutos, com 618 M€.

A categoria de fundos com maior volume de ativos sob gestão é a dos fundos Multi-Ativos Defensivos, com 1.692 M€, seguida pela dos fundos de Mercado Monetário Euro, com 1.468 M€ e pela dos fundos de Obrigações de Taxa Indexada Euro, com 1.229 M€.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS por categoria de Fundos



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Durante a primeira metade do ano, o número de fundos mobiliários portugueses em atividade diminuiu de 211 para 191, em resultado da liquidação de 15 fundos e da fusão transfronteiriça de 5 fundos da BBVA Gest.

A Santander Asset Management foi a sociedade que registou o maior crescimento em valores absolutos, com mais 291 M€ (17,4%). No final de Junho, a Caixagest era a sociedade gestora com maior volume de ativos sob gestão, 3.936 M€, que se traduz numa quota de 33,9%.

ATIVIDADE DO FUNDO

Caracterização

O Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua atividade em 24 de outubro de 2005 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best. O seu objetivo principal é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos que investem direta ou indiretamente no setor das Energias Renováveis, da Qualidade do Ambiente e das Licenças de Emissão de Carbono.

O seu património é investido em unidades de participação de fundos de investimento e de fundos de investimento alternativo, por fundos de capital de risco, por fundos que investem em licenças de carbono, por ações, por obrigações, por certificados indexados outros valores mobiliários, cujo desempenho esteja associado maioritariamente a projetos relacionados com o setor ambiental. O investimento nestes ativos representa, no mínimo, 60% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo beneficia ainda da capacidade e experiência da equipe de gestão, bem como do efeito escala decorrente da dimensão conjunta dos fundos geridos pela Caixagest.

Estratégia

O índice acionista de empresas de energias renováveis (*WilderHill New Energy*) terminou o semestre com uma valorização de 10%. Este valor é superior ao verificado nos índices acionistas, mais generalistas, com exceção dos europeus, que registaram fortes ganhos. Os índices de licenças de carbono (CERs e EUAs - *Certified Emission Reductions*) registaram uma elevada volatilidade ao longo do período e terminaram o semestre com um comportamento positivo. O mercado das licenças de carbono continua dependente de um acordo sobre políticas e subsídios a implementar ao nível global sendo, entretanto, apenas tomadas medidas com impacto a nível local.

Apesar da redução ao longo do semestre, o Fundo manteve uma exposição elevada a fundos com objetivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direcionais. Em janeiro, a carteira era composta por 97% de investimento em fundos de retorno absoluto, tendo terminado o mês de junho com uma exposição de 83%, encontrando-se o remanescente repartido entre fundos direcionais (5%) e aplicações de mercado monetário (13%). A percentagem investida em mercado monetário refletiu o receio do Fundo com o desfecho da situação na Grécia.

Em termos geográficos, o fundo tem uma exposição maioritária a Ibéria sendo a principal fonte energética a energia eólica (37%), seguida pela energia solar (16%) e pelo investimento em florestas (16%). O Fundo tem ainda uma exposição a licenças de carbono (10%).

Avaliação do desempenho

Em 30 de junho de 2015, o valor líquido global do fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 13.319.029,93 euros, repartidos por 2.605.993,0000 unidades de participação, detidas por 1.065 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo teve uma rentabilidade de - 0,19% e uma volatilidade de 3,75% (classe de risco 3).

Património



Dados Históricos

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	34.773.207,84	6.543.096,0000	5,3145 €	4,28%	3
2007	51.407.498,16	8.657.650,0000	5,9378 €	12,75%	4
2008	45.029.355,76	8.676.274,0000	5,1899 €	- 12,07%	3
2009	42.033.925,70	7.679.767,0000	5,4733 €	6,36%	3
2010	37.458.086,90	6.535.253,0000	5,7317 €	4,13%	2
2011	28.527.389,34	5.152.725,0000	5,5364 €	- 4,20%	4
2012	21.654.679,59	3.908.608,0000	5,5403 €	0,97%	4
2013	17.025.432,20	3.235.736,0000	5,2617 €	- 5,11%	3
2014	14.774.667,95	2.753.293,0000	5,3662 €	1,90%	3
2015*	13.319.029,93	2.605.993,0000	5,1109 €	- 0,19%	3

* Dados relativos a 30 de Junho, a Rendibilidade e a Classe de Risco referem-se aos últimos doze meses.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo)

Valores em euros

	2012	2013	2014	2015*
Proveitos	2.942.926	1.985.514	3.514.202	2.720.451
Custos	2.877.866	2.938.430	3.222.677	3.384.841
Resultado Líquido	65.059	-952.916	291.524	-664.390

* Dados relativos ao primeiro semestre de 2015

Valores em euros

Custos suportados pelo fundo	2012	2013	2014	2015*
- Impostos	87.899	166.023	352.389	932.715
- Comissão de Gestão	322.778	264.504	220.337	94.383
- Comissão de Gestão variável	0	0	0	0
- Outras Comissões	0	0	0	0
- Comissão de Depósito	23.056	18.893	15.738	6.742
- Comissões e Taxas indiretas	463.747	386.360	320.524	143.180
- Taxa de Supervisão	8.602	6.713	5.621	2.535
- Custos de Auditoria	3.129	3.129	3.075	1.537
- Custos de Transação	10	38	0	0

Custos suportados pelos participantes	2012	2013	2014	2015*
- Comissões de Subscrição	0	0	0	0
- Comissões de Resgate	50	0	0	0

As comissões de subscrição e de resgate constituem proveito do próprio fundo, desde 7 de outubro de 2013.

A secção seguinte inclui as Demonstrações Financeiras e as respetivas Notas, que apresentam com maior detalhe os valores do Património do Fundo, dos Títulos em carteira e das mais-valias ou menos valias dos investimentos, bem como os diversos custos suportados pelo Fundo.

31 de julho de 2015

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Código	ATIVO	Notas	30.06.2015			31.12.2014		Código	CAPITAL E PASSIVO	Notas	30.06.2015	31.12.2014
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido					
	OUTROS ATIVOS							CAPITAL DO FUNDO				
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM		-	-	-	-	61	Unidades de Participação	1	13.029.965	13.766.465	
33	Ativos Intangíveis das SIM		-	-	-	-	62	Variações patrimoniais	1	(89.155)	(34.407)	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS DAS SIM		-	-	-	-	64	Resultados transitados	1	1.042.610	751.085	
							65	Resultados distribuídos		-	-	
	CARTEIRA DE TÍTULOS						67	Dividendos antecipados		-	-	
21	Obrigações		-	-	-	-	66	Resultado Líquido do Exercício	1	(664.390)	291.524	
22	Ações		-	-	-	-		TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		13.319.030	14.774.668	
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-		PROVISÕES ACUMULADAS				
24	Unidades de Participação	3	12.545.597	3.553.391	(2.355.023)	13.743.965	15.218.251	481	Provisões para encargos	7	-	84.799
25	Direitos		-	-	-	-	-		TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS		-	84.799
26	Outros Instrumentos de dívida		-	-	-	-	-		TERCEIROS			
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		12.545.597	3.553.391	(2.355.023)	13.743.965	15.218.251	421	Resgates a pagar aos participantes		-	-
								422	Rendimentos a pagar aos participantes		-	-
	OUTROS ATIVOS							423	Comissões a pagar	17	14.666	19.369
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	424+...+429	Outras contas de credores	17	934.252	353.827
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		-	-	-	-	-	43+12	Empréstimos obtidos		-	-
								44	Pessoal		-	-
	TERCEIROS							46	Acionistas		-	-
411+...+418	Contas de devedores		-	-	-	-	-		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		948.918	373.195
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		-	-	-	-	-		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
								55	Acréscimos de custos		-	-
	DISPONIBILIDADES							56	Receitas com proveito diferido		-	-
11	Caixa		-	-	-	-	-	58+59	Outros acréscimos e diferimentos		-	-
12	Depósitos à ordem	3	523.983	-	-	523.983	14.410		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-					
14	Certificados de depósito		-	-	-	-	-					
18	Outros meios monetários		-	-	-	-	-					
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		523.983	-	-	523.983	14.410					
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS											
51	Acréscimos de Proveitos		-	-	-	-	-					
52	Despesas com custo diferido		-	-	-	-	-					
53+58+59	Outros acréscimos e diferimentos		-	-	-	-	-					
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-	-	-	-					
	TOTAL DO ATIVO		13.069.580	3.553.391	(2.355.023)	14.267.948	15.232.662		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		14.267.948	15.232.662
	Número total de unidades de participação em circulação	1				2.605.993	2.753.293		Valor unitário da unidade de participação	1	5,1109	5,3662

Abreviaturas: MV - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões.

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Código	CUSTOS E PERDAS	Notas	30.06.2015	30.06.2014	Código	PROVEITOS E GANHOS	Notas	30.06.2015	30.06.2014
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Juros e Custos Equiparados					Juros e Proveitos Equiparados			
711+...+718	De Operações Correntes		-	-	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-
719	De Operações Extrapatrimoniais		-	-	811+814+817+818	De operações correntes		1	351
					819	De operações extrapatrimoniais		-	-
	Comissões e Taxas					Rendimentos de títulos e outros ativos			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-	822+...+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-
724+...+728	Outras operações correntes	15	103.665	124.830	829	De operações extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		-	-		Ganhos em operações financeiras			
					832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		2.143.047	2.724.098
	Perdas em Operações Financeiras				831+838	De operações correntes		-	-
732+733	Na carteira de Títulos e Outros Ativos		1.854.395	1.929.259	839	Em operações extrapatrimoniais		75	19
731+738	Outras Operações Correntes		-	-		Reposição e Anulação de Provisões			
739	De Operações Extrapatrimoniais		-	-	851	Provisões para encargos	7	577.328	54.654
					87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		-	-
	Impostos					TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		2.720.451	2.779.122
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9	932.715	341.537		Outros Proveitos e Ganhos das SIM		-	-
7412+7422	Impostos Indiretos		-	-	89	TOTAL DE OUTROS PROVEITOS E GANHOS DAS SIM (D)		-	-
7418+7428	Outros Impostos		-	-				-	-
	Provisões do exercício					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
751	Provisões para encargos	7	492.529	54.654	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
77	Outros Custos e Perdas	15	1.537	1.556	882	Ganhos Extraordinários		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		3.384.841	2.451.836	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-
					888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
79	Outros Custos e Perdas das SIM		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS DAS SIM (C)		-	-				-	-
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS								
781	Valores Incobráveis		-	-					
782	Perdas Extraordinárias		-	-					
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	382.543					
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		-	382.543					
63	Impostos sobre o rendimento do exercício		-	-					
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		-	-	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		664.390	55.256
TOTAL			3.384.841	2.834.378	TOTAL			3.384.841	2.834.378
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos e outros ativos		288.654	794.839	F - E	Resultados eventuais		-	(382.543)
8x9 - 7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		75	19	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		268.325	286.280
B - A	Resultados correntes		(664.390)	327.286	B + D + F - A - C - E - 63	Resultado líquido do período		(664.390)	(55.257)

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>			
Recebimentos:			
Subscrições de unidades de participação		11.999	5.998
Pagamentos:			
Resgates de unidades de participação		(803.247)	(2.548.287)
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo		<u>(791.248)</u>	<u>(2.542.289)</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>			
Recebimentos:			
Vendas de títulos e outros ativos		-	3.039.198
Resgates de unidades de participação noutros OIC		4.511.455	2.229.636
Pagamentos:			
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		(2.748.515)	(2.517.414)
Outras taxas e comissões		(6)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		<u>1.762.934</u>	<u>2.751.420</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>			
Recebimentos:			
Juros de depósitos bancários		1	266
Pagamentos:			
Comissão de gestão		(98.731)	(223.162)
Comissão de depósito		(7.052)	(15.940)
Impostos e taxas		(354.868)	(81.645)
Custos de auditoria		(1.538)	(3.102)
Fluxo das operações de gestão corrente		<u>(462.188)</u>	<u>(323.583)</u>
Saldo dos fluxos monetários do período		509.498	(114.452)
Efeito das diferenças de câmbio		75	109
Depósitos à ordem no início do período	3	14.410	128.754
Depósitos à ordem no fim do período	3	<u>523.983</u>	<u>14.410</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de setembro de 2005, tendo iniciado a sua atividade em 24 de outubro de 2005.

Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos associados, direta e indiretamente, às Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Ativos “carbon”.

Neste âmbito, o seu património será composto por unidades de participação de fundos de investimento em valores mobiliários e fundos de investimento alternativo, por fundos de capital de risco, por fundos “carbon”, por ações, por obrigações, por certificados indexados a índices ou a fundos de investimento, e por outros valores mobiliários cujo desempenho esteja associado maioritariamente a projetos ou ativos relacionados com o sector das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Ativos “carbon”.

A título acessório, o Fundo pode ainda investir em Fundos de Mercado Monetário, Fundos que respeitem a política dos fundos de tesouraria constante no Regulamento n.º15/2003 revogado, Bilhetes do Tesouro, Papel Comercial, Certificados de Depósito e Depósitos Bancários denominados em euros, na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo.

Devido à natureza dos investimentos efetuados, o Fundo poderá estar exposto ao risco de flutuações nas taxas de câmbio. Por norma será efetuada a cobertura do risco cambial, no entanto poderá pontualmente ser equacionada a não cobertura do risco cambial de parte ou da totalidade dos investimentos efetuados em moeda diferente do Euro.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do período na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

- Valorização da unidade de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente para efeitos internos. Para efeitos de divulgação o valor da unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de dia 21 não ser um dia útil) e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O momento de referência para a determinação dos preços aplicáveis e da composição da carteira, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, ocorrerá às 17 horas (hora de Portugal continental).

As subscrições e os resgates têm uma periodicidade mensal. Os pedidos de subscrição são efetuados a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um ou dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual foi efetuada a subscrição, e pelo respetivo débito da sua conta.

Os pedidos de resgate são igualmente efetuados a preço desconhecido, podendo o participante ter de aguardar um ou dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual foi efetuado o resgate, e pelo crédito correspondente em conta, continuando nesse período a estar exposto ao risco do Fundo.

- Carteira de títulos

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor de oferta de compra firme de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra, difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor de oferta de compra ou venda firme (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas) de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas), difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
 - a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;

- b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
 - i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
 - ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
 - iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
- c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respectiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe também divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respetivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

- Comissão de Gestão, de Depositário e Outros Encargos

A título de remuneração de serviços a si prestados, o Fundo pagará à entidade gestora uma comissão nominal fixa anual de 1,40%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada mensal e postecipadamente.

A título de remuneração de serviços a si prestados, o Fundo pagará à entidade depositária uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada mensal e postecipadamente.

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suportará os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo pagará à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o mais recente valor líquido global apurado antes do final de cada mês.

Para além das comissões cobradas no âmbito do Fundo são cobradas ainda as comissões de gestão fixas nos fundos participados.

O valor cumulativo e ponderado de todas as comissões fixas passíveis de serem apuradas não pode representar mais de 4% do valor líquido global do fundo. Excluem-se desta percentagem as comissões de gestão variável, cobradas por alguns fundos de investimento ou outros valores mobiliários equiparáveis em que o Fundo investe e que pode atingir em valor absoluto 30% da rentabilidade obtida por esses fundos acima da sua rentabilidade objetivo.

O Fundo suportará ainda, caso sejam devidas, as comissões de subscrição e de resgate das unidades de participação dos fundos selecionados para o investimento, exceto quando se tratarem de fundos de investimento ou outros valores mobiliários equiparáveis geridos por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de Grupo com a entidade gestora.

Eventuais acordos sobre outros ganhos de natureza pecuniária, distintos dos ganhos decorrentes da política de investimentos do Fundo revertem obrigatoriamente para o Fundo.

- Política de distribuição de rendimentos

O Fundo não distribui rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na sua totalidade.

- Regime Fiscal

Rendimentos obtidos em território português, que não sejam mais-valias

Os juros das obrigações e dos depósitos bancários estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 28%. Nos casos de rendimentos não sujeitos a retenção na fonte, a tributação é autónoma, à taxa de 25%, incidente sobre o respetivo valor líquido obtido em cada ano. Os rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundos que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação.

Rendimentos obtidos fora do território português, que não sejam mais-valias

Tratando-se de rendimentos de títulos de dívida e de rendimentos provenientes de fundos de investimento constituídos no estrangeiro, a tributação é autónoma, à taxa de 20%. Para rendimentos de outra natureza, aplica-se a taxa de 25%.

Mais-valias obtidas em território português ou fora dele

A diferença positiva entre as mais e menos valias obtidas em cada ano é tributada, autonomamente, à taxa de 25%.

Alteração da política contabilística relativamente ao apuramento das mais-valias potenciais

Para efeitos do apuramento do imposto devido sobre valias potenciais, o Fundo aplicou desde 2013 a regra prevista no Regulamento n.º 1/2013 da CMVM, ou seja: “Por uma questão de prudência, e com o intuito de evitar variações abruptas no valor da unidade de participação nos OIC, as novas regras de reconhecimento de imposto sobre as valias potenciais serão apenas aplicáveis às que sejam geradas a partir de 1 de abril de 2013, utilizando como referência o valor pelo qual se encontram inscritos os ativos nas carteiras dos OIC àquela mesma data”. Em 2015, dado o fato de que da aplicação do regulamento resultarem distorções significativas, foi definido pela Sociedade Gestora a aplicação das regras fiscais por forma a expressar aos investidores o passivo de imposto real à data.

Novo Regime Fiscal – Regime Transitório

No decorrer do exercício de 2015, o regime fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Coletivo (OIC) sofreu uma profunda alteração. Foi publicado no dia 13 de janeiro de 2015 o Decreto-Lei n.º 7/2015, o qual procedeu à reforma do regime de tributação dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM), alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Código do Imposto do Selo.

O novo regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no passado dia 1 de julho de 2015, tendo sido estabelecido, no seu artigo 7.º, um regime transitório, a ser aplicado por referência a 30 de junho de 2015.

Nos termos do n. 3 do artigo 7.º do referido Decreto-Lei, os fundos de investimento mobiliários e outros OIC que se encontrem em atividade aquando da produção de efeitos daquele diploma devem, com referência a 30 de junho de 2015, proceder ao apuramento do imposto que se mostre devido nos termos da redação do artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), em vigor até à data de produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 7/2015, o qual deve ser entregue no prazo de 120 dias a contar desta data.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

NOTA 1 - CAPITAL DO FUNDO

O Património do Fundo é constituído por unidades de participação, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o primeiro semestre de 2015, detalhe-se na seguinte forma:

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO
"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

	Saldo em 31.12.2014	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2015
Valor base	13.766.465	11.355	(747.855)	-	-	13.029.965
Diferença para o valor base	(34.407)	644	(55.392)	-	-	(89.155)
Resultados acumulados	751.085	-	-	291.524	-	1.042.610
Resultado líquido do exercício	291.524	-	-	(291.524)	(664.390)	(664.390)
	<u>14.774.668</u>	<u>11.999</u>	<u>(803.247)</u>	<u>-</u>	<u>(664.390)</u>	<u>13.319.030</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>2.753.293</u>	<u>2.271</u>	<u>(149.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.605.993</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,3662</u>	<u>5,2836</u>	<u>5,3703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,1109</u>

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação no primeiro semestre de 2015 é apresentado da seguinte forma:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
30.06.2015	13.319.030	5,1109	2.605.993
31.05.2015	13.841.635	5,2816	2.620.714
30.04.2015	13.909.055	5,2833	2.632.656
31.03.2015	14.379.398	5,4114	2.657.240
28.02.2015	14.522.175	5,4129	2.682.897
31.01.2015	14.530.675	5,3782	2.701.761

O número de participantes em função do valor líquido global do fundo à data de 30 de junho de 2015 detalha-se da seguinte forma:

Escalões	30.06.2015	31.12.2014
0.5%<=Ups<2%	7	7
Ups<0.5%	1.058	1.131
	<u>1.065</u>	<u>1.138</u>

NOTA 3 - CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2015, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros Corridos	Soma
OUTROS VALORES						
Val. Mobiliários Nacionais não Cotados						
U.P.						
Luso Carbon Fund	2.311.889	-	(1.158.535)	1.153.354	-	1.153.354
FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	442.355	-	1.842.355	-	1.842.355
	<u>3.711.889</u>	<u>442.355</u>	<u>(1.158.535)</u>	<u>2.995.709</u>	<u>-</u>	<u>2.995.709</u>
UNIDADES DE PARTICIPACAO						
OIC domiciliadas em Portugal						
CXG LIQUIDEZ	2.125.600	480	-	2.126.080	-	2.126.080
OIC domiciliados num Estado-membro da EU						
PF - WATER I	622.915	-	(29.967)	592.948	-	592.948
NOVEENERGIA II 2010	4.322.385	3.110.555	-	7.432.940	-	7.432.940
IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	-	(1.166.521)	596.288	-	596.288
	<u>6.708.108</u>	<u>3.110.555</u>	<u>(1.196.487)</u>	<u>8.622.176</u>	<u>-</u>	<u>8.622.176</u>
	<u>12.545.597</u>	<u>3.553.391</u>	<u>(2.355.023)</u>	<u>13.743.965</u>	<u>-</u>	<u>13.743.965</u>

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO
 "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no primeiro semestre de 2015 foi o seguinte:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>30.06.2015</u>
Depósitos à ordem	14.410	-----	-----	523.983
	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>523.983</u>

---- Dada a natureza da rubrica, não foi efetuada a decomposição por aumentos e reduções.

Em 30 de junho de 2015, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos e são remunerados a 80% da Euribor a 1 mês/Base 360 dias.

A rubrica de depósitos à ordem por moeda divide-se da seguinte forma:

	Moeda original	Saldo em Euros
	<u>30.06.2015</u>	<u>30.06.2015</u>
Depósitos à ordem		
EUR	522.861	522.861
USD	994	891
AUD	334	231
		<u>523.983</u>

NOTA 4 - CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

Com referência a 30 de junho de 2015, o Fundo tem em carteira unidades de participação.

Para a valorização das unidades de participação dos fundos que compõem a carteira será considerado o último valor verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters. No caso das unidades de participação serem negociadas em mais do que um mercado regulamentado, as mesmas são valorizadas ao preço praticado no mercado onde as mesmas são normalmente transacionadas pela entidade responsável pela gestão. Na impossibilidade da aplicação dos critérios anteriores, as unidades de participação serão valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora no dia da valorização do fundo.

O critério de valorimetria de saída é o FIFO.

NOTA 7 – PROVISÕES

O valor registado a 31 de dezembro na rubrica "Provisões para Encargos" corresponde ao valor apurado de imposto sobre as valias potenciais, tendo em consideração o disposto no regulamento nº 1/2013 da CMVM. Em 2015, a Sociedade Gestora definiu proceder à aplicação das regras fiscais por forma a expressar aos investidores o imposto passivo à data.

Considerando o definido no regime transitório, artigo 7º do Decreto-Lei nº 7/2015, o imposto passivo por referência a 30 de junho de 2015, no montante de 475.314 Euros, encontra-se registado na rubrica de "Outras Contas de Credores - Estado e Outros Entes Públicos" (Nota 17).

A movimentação do período ocorrida nesta rubrica é como se segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>	<u>30.06.2015</u>
Imposto a pagar (valias potenciais)	84.799	492.529	577.328	0
	<u>84.799</u>	<u>492.529</u>	<u>577.328</u>	<u>0</u>

NOTA 9 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No período decorrido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2015, a rubrica de “Impostos” da demonstração dos resultados apresenta a seguinte composição:

	<u>30.06.2015</u>	<u>30.06.2014</u>
Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:		
Mais-valias	932.715	322.300
Juros	-	98
Outros rendimentos	-	19.139
	<u>932.715</u>	<u>341.537</u>

À data de 30 de junho de 2015 os impostos a pagar ao Estado estão registados em “Outras contas de credores” e ascendem a 932.715 Euros (Nota 17).

NOTA 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2015, o Fundo detém os seguintes ativos/(passivos) expressos em moeda estrangeira:

Moeda	À Vista	À Vista
	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
USD	994	994
AUD	334	334
Contravalor em Euros	<u>1.122</u>	<u>1.047</u>

Naquela data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

NOTA 15 - CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 apresentam o seguinte detalhe:

Custos	<u>30.06.2015</u>	
	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo (*)
Comissão de gestão fixa	94.383	0,6612%
Comissão de depósito	6.742	0,0472%
Taxa de supervisão	2.535	0,0178%
Custos de Auditoria	1.537	0,0108%
Comissões Indiretas	<u>143.180</u>	1,0030%
	<u>248.377</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	14.275.101	
Taxa de Encargos Correntes (TEC)	1,7400%	

(*) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO
 “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

As comissões e taxas indiretas decompõem-se da seguinte forma:

Fundos	Moeda	Comissões Indiretas
CXG LIQUIDEZ	EUR	1.285
Luso Carbon Fund	EUR	15.004
FLORESTA ATLÂNTICA	EUR	23.360
PF - WATER I	EUR	2.477
NOVEENERGIA II 2010	EUR	95.093
IMPAX NEW ENERGY FUN	EUR	5.960
		143.180

O cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

NOTA 17 – OUTROS

Terceiros (Passivo)

As rubricas de terceiros do passivo detalham-se da seguinte forma:

	30.06.2015	31.12.2014
Comissões a Pagar		
Entidade Gestora - CXG	13.315	17.664
Entidade Depositária	951	1.262
CMVM	400	443
	14.666	19.369
Outras contas de credores		
Estado e Outros Entes Públicos	932.715	352.290
Outros valores a pagar	1.537	1.537
	934.252	353.827

O valor registado em “Estado e Outros Entes Públicos” inclui 475.314 Euros correspondentes ao imposto passivo à data de 30 de junho de 2015 apurado sobre as mais-valias dos títulos, conforme referido na Nota 7.

Relatório de Auditoria Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral

Introdução

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do n.º 1 do artigo 131.º e do n.º 8 do artigo 160.º do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei nº 16/2015, de 24 de Fevereiro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de junho de 2015, do Caixagest Energias Renováveis - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto, gerido pela entidade gestora Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 14.267.948 euros e um total de capital do fundo de 13.319.030 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 664.390 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da entidade gestora - Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do fundo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação;
 - b) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do fundo;
 - c) a verificação da adequada avaliação dos valores do fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado);
 - d) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - e) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizados fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respetiva regulamentação;
 - f) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do fundo;
 - g) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - h) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e

- i) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
- 5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Caixagest Energias Renováveis - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto, gerido pela entidade gestora Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. em 30 de junho de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do semestre.

Ênfases

- 9. Sem afetar a opinião do parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - a) Em 30 de Junho de 2015, o Fundo detinha em carteira o montante de 1.842.355 euros (14% do valor líquido global do Fundo) investido em unidades de participação de um fundo de investimento imobiliário, ativo não elegível para investimento de acordo com a alínea c) e o nº1 do Artigo 172 do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento



Coletivo, publicado pela Lei nº 16/2015, de 24 de Fevereiro. Adicionalmente, este investimento não está cumprir com a política de investimento conforme estabelecido no ponto 1.5 alínea d) do prospeto, por exceder o limite de investimento em unidades de participação.

- b) Em 30 de Junho de 2015, o fundo detinha em carteira cerca de 1,750 milhões de euros (13% do valor líquido global do Fundo) investido em unidades de participação de dois Fundos de investimento, cujos relatórios de auditoria disponíveis incluíam parágrafos de ênfase relacionados com a metodologia de valorização dos principais ativos detidos por esses fundos, os quais, na ausência de dados de mercado observáveis foram valorizados através de modelos teóricos desenvolvidos por parte das entidades gestoras.

Lisboa, 17 de agosto de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)